

PASSAM-SE OS ANOS... ...E ELES POR AÍ CONTINUARÃO, À SOLTA...

Muitos e variados são os temas passíveis de abordagem no editorial de um boletim informativo com as características de "O GUARDA RIOS". O que levanta, desde logo, dificuldades na sua selecção. Dessa forma, e sendo este o primeiro editorial que subscrevo neste boletim, entendi por bem relembra os temas anteriormente focados, procurando evitar repetições. Curiosamente, após a referida análise, não deixei de ficar "amarrado" ao título e conteúdo do editorial da edição número seis, de Dezembro de 1998. Nele se abordava a temática dos resíduos, com particular destaque para os resíduos industriais, bem como a qualidade da discussão pública realizada em torno de do processo de instalação da opção "co-incineração" como forma de tratamento daquela tipologia de resíduos. Respondia, esse editorial, pelo título "Eles andam por aí à solta".

Apresento, pois, as minhas desculpas por ceder à tentação de repetir o tema, mas a ocasião assim o determinou. Com efeito, e apenas por mera coincidência, nas últimas semanas têm vindo à estampa, na comunicação social regional (e nacional, também), diversas denúncias relativas a deposição de resíduos industriais (com menor ou maior perigo para a saúde pública), por aí... ..como sucedeu, por exemplo, com a deposição de óleos usados em barreiros abandonados após exploração, colocando em risco a captação de águas para abastecimento público, numa freguesia de Porto de Mós.

Quase em simultâneo, a nova equipa do Ministério do Ambiente suspende o mais que polémico processo de co-incineração, sobre o qual a Oikos emitiu pareceres escritos em Novembro de 1998 e Junho de 2000.

Significa então que, três anos e alguns meses passados sobre aquele editorial, e cerca de catorze sobre o início do estudo do processo de tratamento a adoptar para este tipo de resíduos, regressámos à "casa de partida". E, se tudo correr como (infelizmente) será normal esperar-se, vamos ter novas e intermináveis discussões sobre a eficácia de cada uma das metodologias (a questão não está na discussão, mas sim na permanente indecisão), sobre a capacidade financeira de suportar antigas ou novas opções de tratamento, sobre a localização da futura unidade de tratamento, etc., etc., situações já vividas por todos os que nos preocupamos com estas questões. Entretanto, como seria de desejar, esperávamos que após este longo período de tempo, já se conhecessem indubitavelmente os resíduos produzidos no país (quais as entidades produtoras, tipologia e quantidades produzidas, locais de deposição, etc.), até pela simples aplicação da legislação sobre a actividade industrial; tal como se esperava conhecer e ver implementado um eficaz e atractivo conjunto de medidas tendentes a reduzir a sua produção e a incentivar os processos de recolha selectiva destes resíduos e posterior reciclagem e reutilização, assentes em eficientes e continuadas campanhas de sensibilização, formação e educação dirigidas a estas temáticas.

Mas não, estas suposições não se confirmaram na sua larga maioria, o que é verdadeiramente de lamentar... O Instituto do Resíduos, há bem pouco tempo, não conhecia mais que 9 a 10% dos resíduos produzidos em Portugal (segundo as versões mais optimistas, já que as pessimistas falam de cerca de 5%...); os mecanismos de incentivo à redução de produção de resíduos e à adopção de novas matérias primas é incipiente, se não inexistente; a reciclagem/valorização tem vindo a ser incrementada com algum sucesso em alguns resíduos (óleos e solventes, por exemplo), embora ainda fique muito aquém do desejável em muitos mais (inexistente para as pilhas, por exemplo); o recente desaparecimento do IPAMB - Instituto de Promoção Ambiental (por fusão com a Direcção Geral do Ambiente e criação do Instituto do Ambiente) mais não foi que o confirmar de algumas suspeitas sobre a efectiva sensibilidade e real empenhamento do último governo na sensibilização, educação e formação em matéria de ambiente.

Se a este panorama se acrescentar uma situação ainda não totalmente resolvida (embora com significativas melhorias face ao que sucedia há uns anos atrás) para os resíduos hospitalares, uma total desordem no tocante aos resíduos resultantes do crescimento descontrolado na actividade de construção civil (que os deposita onde quer, como quer e quando quer, sem se vislumbrar qualquer plano estratégico para os mesmos), e uma quase nula estratégia de tratamento de resíduos agrícolas, ficará apenas a merecer efectivo destaque o processo de encerramento das antigas lixeiras municipais, com a criação dos sistemas multi-municipais de recolha selectiva e tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos (RSU).

Entretanto, lá iremos voltar a discutir todas as decisões já tomadas, depois abandonadas, e agora retomadas... ..enquanto os resíduos, alheios a todas essas discussões, se continuarão a amontoar por aí, às toneladas, colocando em causa a saúde de todos nós. Sem discussões. Apenas por aí, impunemente, à vista de todos. Para terminar gostaria de aproveitar esta oportunidade para assegurar a todos os associados - em nome da actual Direcção - que a Oikos continuará atenta e a intervir nesta, como em outras matérias, procurando contribuir positivamente para a construção de um melhor futuro comum.

Mário Oliveira

PLANO DE ACTIVIDADES PARA 2002

Na Assembleia Geral de 23 de Fevereiro passado, em conjunto com o Relatório de Actividades de 2001, foi apresentado o Plano de Actividades para 2002 que resumidamente se apresenta:

VIII JORNADAS SOBRE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

"Planeamento Urbano e Uso do Solo "
Actividade já realizada em 07 e 08 de Março, de 2002 no auditório da ESEL.

X CONCURSO DE FOTOGRAFIA

Tema: "Património Construído"

Divulgação em Fevereiro e exposição a inaugurar em 15 de Junho, na Biblioteca Afonso Lopes Vieira, em Leiria.

COLÓQUIO

"Leiria, que futuro?"

A realizar em Leiria, no Centro Associativo Municipal, no dia 05 de Junho de 2002.

DESENVOLVIMENTO DE PROJECTOS

Projectos em curso provenientes de 2001

- **LITORAL REGIONAL, UMA ÁREA NATURAL A CONHECER, RECUPERAR E PRESERVAR**
- **SENHORA DO MONTE - UM ECOSISTEMA CÁRSICO A ESTUDAR E A PRESERVAR**

Projectos a desenvolver no ano de 2002

- **COASTWATCH EUROPE 2002 - Região de Leiria**
Independentemente da aprovação do projecto

apresentado ao IPAMB (e que permite outro tipo de acções), a Oikos, continuará a coordenar este projecto entre a Nazaré e a Figueira da Foz, incluindo o estuário do Mondego.

- **RIO LIS - A SUA IMPORTÂNCIA PARA O EQUILÍBRIO URBANO - 2002**

Projecto que tem como principais objectivos a caracterização das áreas do rio Lis adjacentes aos centros urbanos, particularmente na cidade de Leiria, tal como entender a importância do rio Lis para a sustentabilidade dos meios urbanos que com ele contactam. Monitorizar a qualidade da água da bacia do Lis, como vem sendo efectuado desde 1990.

- **MORCEGO, MORCEGÃO - COMO ÉS ENTÃO?**

Projecto que visa sensibilizar a comunidade para a necessidade de conhecer, preservar e combater mitos e superstições associadas a estes mamíferos. Prevê acções dedicadas à comunidade em geral e à comunidade escolar em particular.

- **LITORAL REGIONAL - COMPREENDER E PRESERVAR**

Projecto que dá continuidade aos que têm vindo a ser realizados no litoral regional. Prevê acções dedicadas à comunidade em geral e à comunidade escolar em particular.

- **RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE UM ECOSISTEMA MEDITERRÂNEO NA ÁREA URBANA DE LEIRIA**

Projecto que tem como objectivos conhecer a área florestal do Estabelecimento Prisional de Leiria,

FICHA TÉCNICA:

Director: Mário Oliveira

Coordenador: Diomar Ferreira

Colaboraram neste número: Mário Oliveira e Diomar Ferreira

Propriedade: OIKOS — Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria

Av. Cidade de Maringá — Centro Associativo Municipal, Sala 9 — Apartado 2840 — 2401-901 — Telef.: 244 828 555 — Fax: 244 829 024

E-mail: oikosambiente@mail.telepac.pt • Internet: <http://www.terravista.pt/nazare/5199>

Depósito Legal: 120442/98

Tiragem: 1.000 exemplares

Os artigos assinados exprimem a opinião dos seus autores e não necessariamente a da OIKOS

preservá-la, proceder à recuperação da linha de água que a atravessa e sensibilizar a comunidade para a importância de ecossistemas deste tipo.

• **BACIA DO ARUNCA - RIBEIRA DE CARNIDE**

Projecto que visa conhecer as condições da qualidade da água da ribeira, caracterizar a fauna e a flora dos ecossistemas adjacentes à ribeira, identificar os principais focos poluidores da ribeira e, ainda, contribuir para a sensibilização da comunidade escolar para a educação ambiental.

• **PROGRAMA "BANDEIRA AZUL DA EUROPA/2002"**

No âmbito desta actividade irão ser realizadas diversas acções de sala e animação/sensibilização de praia.

Estão previstas várias actividades para a Praia de Pedrógão.

DATAS COMEMORATIVAS

Assinalar com realização de diversas acções e produção de materiais as datas comemorativas relacionadas com o ambiente:

Dia Mundial da Floresta

Dia Mundial da Água

Dia Mundial da Terra

Dia Mundial do Ambiente

PRODUÇÃO DE MATERIAIS

Produção de um vasto conjunto de materiais relacionados com os projectos apresentados ao IPAMB e autarquias, e com as datas comemorativas a assinalar constituídos por: brochuras; folhetos; cartazes; autocolantes; diapositivos; exposições.

ACÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

À semelhança de anos anteriores e dando continuidade ao que tem sido uma aposta forte da Oikos na Educação Ambiental irá ser realizado um vasto conjunto de actividades muitas das quais em colaboração com escolas da região. Destas actividades destacam-se: visitas de estudo; acampamentos ambientais; acções em escolas sobre temáticas diversas: Resíduos; Reciclagem; Conservação da Natureza; Litoral, etc..

RECEPÇÃO DE ANIMAIS SELVAGENS FERIDOS E/OU DE CATIVEIRO

A Oikos pretende manter o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, com a recolha e encaminhamento de animais.

PARTICIPAÇÃO EM ACÇÕES DIVERSAS:

A participação da Oikos em colóquios, jornadas, congressos, etc., continuará a verificar-se em função da disponibilidade dos seus representantes, uma vez que os convites superam a capacidade de resposta.

INFORMAÇÃO

A Oikos pretende continuar a intervir nos diversos órgãos de comunicação social, em defesa dos valores do ambiente e do património, numa perspectiva de informação e formação dos cidadãos. De igual forma, "O Guarda-Rios" - publicação trimestral - continuará a ser editado.

TOMADAS DE POSIÇÃO FACE AO PATRIMÓNIO NATURAL E CONSTRUÍDO

A Oikos continuará, e tentará reforçar, a sua intervenção no apoio ao público, através: da emissão de pareceres técnicos e da elaboração e encaminhamento de denúncias e protestos.

SERVIÇOS DE APOIO À COMUNIDADE:

A Oikos pretende reforçar o trabalho desenvolvido, nomeadamente com a adequação dos espaços na nova sede a estas funções.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

A Oikos continuará a adquirir mais materiais: Livros; Vídeos; CD ROM,s, etc., e procurará aumentar /melhorar o serviço de informática na sede.

PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS

Manter as participações existentes e eventualmente participar noutros, se possível, face às disponibilidades.

INTERASSOCIATIVISMO

Trata-se de uma área extremamente importante para a eficácia do trabalho para o ambiente no nosso país pelo que a Oikos tentará reforçar as colaborações interassociativas no ano de 2002.

VIII JORNADAS SOBRE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO PLANEAMENTO URBANO



CONCLUSÕES

As VIII Jornadas sobre Ambiente e Desenvolvimento centraram os seus trabalhos sobre o Planeamento e Uso do Solo, tendo feito incidir a sua análise, de uma forma mais particular, sobre os Instrumentos de Ordenamento do Território, as principais Potencialidades e Fragilidades do Solo, a Protecção dos Recursos Naturais no Planeamento e o actual momento da Revisão do Plano Director Municipal de Leiria.

De entre os diversos instrumentos de ordenamento do território referidos, os PDM terão sido os mais citados, particularmente por ser

consensual que a primeira geração de PDM resultaram de processos pouco amadurecidos – quando não tecnicamente mal executados e suportados – em resultado das condicionantes que presidiram à sua execução.

Em resultado das reflexões críticas que se vêm processando sobre os mesmos, torna-se evidente que o presente momento de revisão desses instrumentos é uma oportunidade privilegiada para traduzir em documento todo um vasto conjunto de contributos técnicos e científicos que visarão melhorá-los e torná-los mais compatíveis com os seus objectivos, garantindo que

ordenamento do território, independentemente da sua posição hierárquica, deverão nortear-se por princípios que assegurem a coexistência dos diferentes tecidos no ordenamento, garantindo a coexistência dos espaços urbanizados com os naturalizados, tendo como plataforma de partida uma estrutura ambiental que assegure a função ecológica do território a ordenar, assumindo-se claramente a bacia hidrográfica como base espacial do planeamento.

Tal facto implicará, necessariamente, uma abordagem daqueles instrumentos de ordenamento segundo uma perspectiva

a sua
revisão
a cautelar uma
abordagem
multidisciplinar
coerente e equi-
quilibrada ao nível
municipal e dos
municípios
limítrofes.

Fruto das
experiências
apresentadas,
parece indu-
bitável que os
PDM, bem
como os demais
instrumentos de

ENTE E DESENVOLVIMENTO

ANO E USO DO SOLO

Leiria, 07 e 08 de Março de 2002

assegurando a funcionalidade daquela unidade territorial, garantindo a sustentabilidade daquele território e arredando definitivamente os actuais instrumentos, geradores de desequilíbrios a todos os níveis de apreciação.

Naturalmente, independentemente do domínio de aplicação e da importância hierárquica do instrumento de ordenamento, deverá ser garantida a compatibilização entre estes e a estrutura ecológica e estrutura cultural que os determinam e encerram.

No domínio do ordenamento urbano, ficou evidente a extrema necessidade de as autarquias assegurarem a existência de Planos Verdes, os quais contenham planos de aptidões ecológicas e condicionantes da planta de edificados – definindo onde se pode e não pode construir – evitando-se as situações de agressão urbanística ora verificada, tanto mais que na área abrangida pela Bacia Hidrográfica do Rio Lis, os principais núcleos urbanos se situam em zonas cujo solo tem das melhores aptidões

situação possa, lamentavelmente, ser facilmente observável em qualquer parte do território nacional). De igual forma ficou evidenciada a necessidade das autarquias constituírem bolsas de solos, de forma a diminuir situações de excepção, tal como os equipamentos públicos que acabam por ocupar, sistematicamente, áreas de REN, RAN, etc..

Evidenciou-se a necessidade de valorizar o mundo rural e o carácter multifuncional da agricultura, factores indispensáveis à sua própria existência.

Uma agricultura baseada em boas práticas agrícolas deve, assim, ser vista como matriz do ordenamento do território e, portanto,

garante da preservação do ambiente, da paisagem rural e das tradições culturais.

Os solos são um recurso finito e, como tal, devem, de uma vez por todas, ser tomadas as medidas necessárias à sua preservação enquanto tal, pondo cobro ao “desastre silencioso” que se tem progressivamente abatido sobre eles. Para tal, paralelamente a uma actualização, que se impõe imediata e eficaz, do cadastro, urge a criação de uma carta de solos que se constitua como um documento de referência na definição de instrumentos de ordenamento como a Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional.

Com efeito, de acordo com os trabalhos apresentados,



a Bacia Hidrográfica do Rio Lis (BHRL) contém apenas cerca de 5% de solos com elevada aptidão agrícola, sendo a sua distribuição associada às aluviões dos seus principais rios, estando no entanto esses solos a ser alvo de ocupação urbana – ao abrigo do interesse público das obras ali realizadas – ou em resultado de outras agressões não fiscalizadas e/ou não punidas.

Os restantes solos da BHRL apresentam aptidões diversas, bem como o são a sua ocupação, tendo merecido particular realce e condenação a progressiva eucaliptização dos mesmos, tendo ficado claro que a relação entre o ciclo de nutrientes e o ciclo económico que preside à sua plantação conduz ao esgotamento do solo.

Igualmente, os trabalhos apresentados demonstram que os recursos hídricos e a biodiversidade neles existentes são fortemente afectados com

eucaliptização, sendo-o tanto mais quanto os cordões ripícolas têm vindo a ser destruídos ao abrigo das chamadas limpezas de margens.

Desta forma, resultou muito claro que no âmbito da BHRL, os instrumentos de ordenamento do território deverão ter em linha de conta a ocupação agrícola e florestal, não perdendo de vista que este coberto está intimamente ligado à qualidade dos solos existentes, bem como do recurso água nele contida.

Os recursos naturais em geral estão intimamente ligados à preservação dos solos, devendo a sua utilização, conforme anteriormente referido, ser encarada numa abordagem sistémica pelos diversos instrumentos de planeamento e ordenamento, garantindo a sua preservação e, com ela, a protecção e a conservação da diversidade biológica. Os PDM devem, assim, constituir-se defini-

tivamente como instrumentos de desenvolvimento estra-tégico a todos os níveis, ambiental, social, económico e cultural, só assim permitindo um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Finalmente, foi enfatizada a evidente necessidade de participação do público em todas as etapas de construção dos instrumentos de ordenamento do território, bem como da sua posterior aplicação, garantindo da sua operacionalidade e aproximação aos interesses das populações ao serviço das quais se encontram.

Igualmente, foi colocado ênfase muito particular no processo de sensibilização e educação para um ambiente sustentável, o qual deverá envolver todos os cidadãos, garantindo o seu efectivo envolvimento no processo de criação/implementação e controle dos instrumentos de ordenamento do território



Na sequência de deliberação tomada na última Assembleia Geral foi aprovada a actualização

ACTUALIZAÇÃO DO VALOR DAS QUOTAS

do valor da quota mensal para 0,83 Euros, a partir do próximo mês de Julho.

A adopção deste valor traduzir-se-á numa importância trimestral de 2,50 euros, semestral de 5,00 euros e anual de 10,00 euros.

Por deliberação da Assembleia Geral, quem proceder ao pagamento anual até ao final do mês de Junho beneficiará da cobrança ao preço antigo.

A Direcção

SABIA QUE?

Há pouco mais de 40 anos atrás praticamente não existiam eucaliptos em Portugal. A floresta nacional, que durante várias fases do século XX sofreu a invasão do pinheiro-bravo, vê-se agora perante a ameaça do eucalipto se tornar na espécie dominante.

O eucalipto registou um crescimento inédito na história florestal do país, passando de uma área de 367 mil hectares em 1995 para 627 mil hectares em 2001.

in "Forum Ambiente de Setembro 2001"

A autarquia de Ourém é um dos três municípios que ainda não tem Plano Director Municipal, previsto por lei desde 1990.

in "Forum Ambiente de Fevereiro 2002"

Portugal, a par da Bélgica, é o país da Europa com maior percentagem de território urbanizado (17,8 por cento). A Espanha tem apenas dois por cento de área construída no seu território.

in "Forum Ambiente" de Fevereiro 2002"

As últimas notícias fornecidas pelos responsáveis máximos do projecto do Alqueva, vêm confirmar que a razão estava do lado dos críticos ao megalómano empreendimento para o Alentejo. Adérito Serrão, que pediu recentemente a sua demissão da presidência da Empresa de Desenvolvimento das Infra-Estruturas de Alqueva (EDIA), confessou que a qualidade da água não está garantida e que não existe nem dinheiro, nem estratégia para o Plano de Rega do Alentejo. Depois disto, para o empreendimento do Alqueva se tornar um elefante branco, já só falta a cal...

in "Forum Ambiente de Abril 2002"

Muito embora a maioria dos predadores se encontre protegida por lei, na prática esta é frequentemente violada. A maioria dos agricultores e caçadores portugueses consideram estes animais nocivos, apesar da numerosa informação produzida nas últimas décadas provar o contrário. A caça furtiva, a destruição e pilhagem dos ninhos e o envenenamento são as violações mais correntes.

*In "Predadores" de Luís A. Ferreira
com produção da Oikos e edição da CML*

Diomar Ferreira

ELEIÇÃO DOS NOVOS CORPOS SOCIAIS DA OIKOS

Na Assembleia Geral de 23 de Março passado, decorreu a eleição para os Corpos Sociais da Oikos, tendo sido eleita a única lista concorrente, que a seguir se apresenta:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente:

Nuno Manuel dos Santos Carvalho

1º Secretário:

Inês Alexandre Vaz

2º Secretário:

José Carlos Aurélio Melo e Castro

DIRECÇÃO

Presidente:

Mário Acácio B. M. Correia de Oliveira

Vice-Presidente:

Lídia Raquel Serra Delgado

Vice-Presidente:

Silvina Maria Rosa dos Reis

Tesoureiro:

António Eduardo Roldão dos Santos

Secretária:

Isabel Maria Cunha Vieira

Vogal:

Cristina Isabel P. Marques Saraiva

Vogal:

Rui Luís B. Pereira Monteiro

1º Suplente:

Luís Miguel Ribeiro Pedroso

2º Suplente:

Telmo Francisco Ribeiro Santos

CONSELHO FISCAL

Presidente:

Mapril José Dinis Bernardes

Secretário:

Diomar dos Santos Ferreira

Relator:

Silvino Cordeiro Rodrigues da Silva

A OIKOS comemorou o Dia Mundial da Água

Como vem sendo habitual, a OIKOS comemorou uma vez mais a passagem de um Dia Mundial da Água, procedendo à recolha e análise de amostras de água em 15 pontos da Bacia Hidrográfica do Lis, contando com o apoio da Câmara Municipal de Leiria, IPAMB e Autoridades de Saúde dos concelhos de Leiria,

Marinha Grande, Porto de Mós e Batalha.

Os dados obtidos serão posteriormente tratados e comparados com os resultados obtidos em anos anteriores, no sentido de uma intervenção pedagógica por parte da OIKOS, tendo em vista um efectivo contributo para a despoluição da Bacia Hidrográfica do Lis.

X CONCURSO DE FOTOGRAFIA "PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO"

A OIKOS leva mais uma vez a efeito o habitual concurso de fotografia, que já vai na sua décima edição, e este ano é subordinado ao tema "Património Construído".

Este evento tem como objectivos:

- Contribuir para um melhor conhecimento do nosso Património Construído
- Alertar as autoridades e a população em geral para os problemas do Património
- Motivar as autoridades e a população em geral para a Conservação do Património
- Desenvolver o gosto pela arte fotográfica, que denote espírito crítico
- Continuar a cumprir os estatutos da

OIKOS enquanto Associação de Defesa do Ambiente e Património.

O concurso está aberto a todos aqueles que nele queiram participar, devendo os trabalhos serem enviados, até um máximo de quatro, para a OIKOS – Apartado 2840 – 2401 – 901 – Leiria até 25 de Maio de 2002, e de acordo com o respectivo regulamento


O 1º prémio será de 500 Euros, o 2º de 250 Euros e o 3º de 125 Euros


Após uma selecção feita pelo júri serão expostas as 50 fotografias consideradas melhores, na Biblioteca Afonso Lopes Vieira, em Leiria, no dia 15 de Junho de 2002, ao que se seguirão exposições noutras localidades.

**X CONCURSO
DE
FOTOGRAFIA**

**PATRIMÓNIO
CONSTRUÍDO**

**entrega de trabalhos
até 25 de Maio de 2002**

Organização:  OIKOS
Assoc. de Defesa do Ambiente
e do Património da Região de Leiria
Tel.: 244 828 995 • Fax: 244 828 921 • Email: 244_2441@ML.LEIRIA
E-mail: oikos@ambiente.leiria.pt

Patrocínio:  Câmara
Municipal
de Leiria